

A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO PSICOEDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

MÁRCIA MARIN VIANNA¹

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ)
e Colégio Pedro II (CPII)

MÁRCIA DENISE PLETSCH²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

CRISTINA ANGÉLICA AQUINO DE CARVALHO MASCARO³

Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC)

Introdução

Conforme apontado por Anache & Mitjás (2007) temos poucas pesquisas que focam os processos de ensino e de aprendizagem de pessoas com deficiência mental⁴. Segundo as referidas autoras, apenas 6% (sete estudos num total de 122) dos trabalhos analisados no Portal da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão do MEC) se direcionaram para tal aspecto. Além disso, Pletsch (2010) verificou em recente investigação que há poucas pesquisas voltadas para a descrição e análise de práticas pedagógicas usadas por professores de alunos com essa deficiência matriculados em classes comuns, ou seja, em processos de inclusão escolar.

Tomando como referência o exposto, nesse texto temos como objetivo apresentar os dados de um estudo sobre a escolarização de alunos com deficiência intelectual de uma instituição pública especializada, uma escola especial, onde o conhecimento e a introdução do uso do Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado (PDPI) iniciaram-se a partir de uma pesquisa-ação que está em desenvolvimento no local.

A proposta é que, a partir do diálogo estabelecido entre os conhecimentos científicos produzidos na universidade e os saberes docentes construídos no cotidiano escolar, ambos

¹ Professora Assistente do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp/UERJ) e professora do Departamento de Ensino Fundamental do Colégio Pedro II. Pedagoga com habilitação em Educação Especial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Educação (UERJ), doutoranda em Educação (UERJ). Endereço: Avenida Dom Hélder Câmara, 8985 casa 76, Piedade, Rio de Janeiro (RJ) CEP 21380-008. E-mail: marinmarcia@ig.com.br

² Professora Adjunta do Instituto Multidisciplinar e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Observatório de Educação Especial e inclusão educacional: políticas públicas e práticas curriculares”. Contato: marcia_pletsch@yahoo.com.br

³ Professora de Educação Especial da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Pedagoga com Habilitação em Educação Especial e Especialização em Psicopedagogia e Gestão Pedagógica. Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Endereço: Rua Francisco Dantas, 85. Freguesia, Rio de Janeiro (RJ). CEP 22753-045. E-mail: cristinamascaro@hotmail.com

⁴ Atualmente vem sendo usado o termo deficiência intelectual para designar as pessoas com deficiência mental conforme disseminado durante a Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, realizada no Canadá, evento que originou a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão e pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID). No Brasil o termo deficiência mental ainda é usado pela legislação educacional.

com seus dilemas e descobertas, ocorram novas práticas que envolvem os processos de ensino e de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual.

A perspectiva de ação é de formação docente reflexiva e continuada, onde os professores da instituição participante possam refletir sobre o currículo escolar e a sua aproximação com as reais necessidades dos alunos com os quais trabalham e os pesquisadores da universidade produzam conhecimentos resultantes do diálogo entre teoria e prática.

A intenção é que a instituição escolar favoreça o acesso aos seus professores de conhecimentos teóricos e de estudos recentes que possibilitem desenvolver práticas que ofereçam aos seus alunos desenvolvimento de habilidades acadêmicas, sociais e laborais. Ou seja, que esses alunos se beneficiem de uma educação de qualidade voltada para o seu desenvolvimento pleno, tornando-os capazes de gerenciarem suas vidas, fazerem suas escolhas; ampliando suas possibilidades de inclusão escolar, social e laboral.

Método

Para desenvolver o projeto de pesquisa vem sendo empregada a metodologia do tipo pesquisa-ação. Essa metodologia está voltada para a resolução de um problema coletivo (RICHARDSON, 2004; PLETSCH & GLAT, 2010). De acordo com esses autores essa metodologia tem como característica principal a participação ativa dos indivíduos pertencentes ao campo da pesquisa onde o projeto está sendo desenvolvido.

Nesse sentido, pressupõe uma ampla interação entre sujeito e pesquisador, diferenciando-se, assim, de métodos convencionais que (mesmo tendo um enfoque qualitativo) resultam em uma postura do investigador distanciada em relação à realidade pesquisada.

Outra característica básica da pesquisa-ação é a sua flexibilidade, que oferece condições para um diálogo permanente, agregando contribuições trazidas por cada um dos sujeitos, permitindo a elaboração coletiva de soluções para os possíveis problemas enfrentados. Também muito importante é que essa metodologia permite dar voz aos participantes junto à equipe de pesquisa.

Ao adotar essa proposta, o pesquisador deve estar aberto para conhecer e participar da dinâmica cotidiana da escola – os problemas, as necessidades e as prioridades –, e não trazer pressupostos teóricos prontos, sem levar em consideração a cultura local. Ou seja, o pesquisador procura elaborar, de modo colaborativo com a comunidade escolar, soluções que superem obstáculos ao desenvolvimento educacional (SENNA, 2003; BRAUN, 2004). Onde há a necessidade de adequações e ajustes constantes, já que o cotidiano escolar é dinâmico e repleto de “novidades” sempre.

Pletsch e Glat (2010) sintetizam a pesquisa-ação como aquela metodologia que:

- a) não conduz somente a avanços teóricos, mas também a consequências práticas para os participantes do estudo;
- b) é participativa e colaborativa, contribuindo para uma postura mais democrática do pesquisador e dos participantes;
- c) é democrática, na medida em que possibilita aos participantes se envolverem com a pesquisa, influenciando-a e relacionando-a com as ações das suas vivências diárias;
- d) é interpretativa, uma vez que todas as perspectivas e opiniões dos participantes têm legitimidade, em vez de serem as opiniões do pesquisador as únicas consideradas;
- e) finalmente, é crítica, pois envolve todos os participantes numa posição reflexiva diante das ações a serem tomadas, ou analisadas, para possíveis mudanças que possam vir a desenvolver.

Nessa direção, o estudo foi desenvolvido em uma instituição especializada do Estado do Rio de Janeiro, que tem aproximadamente 180 alunos com deficiência intelectual, na faixa etária entre 6 a mais de 40 anos. A organização dessa instituição se dá por meio de ciclos de desenvolvimento de acordo com a faixa etária dos estudantes, a saber:

- Ciclo I: Núcleo Pedagógico com 20 alunos entre 6 e 11 anos matriculados em dois turnos (manhã e tarde).
- Ciclo II: Núcleo Pedagógico com 45 alunos entre 12 e 17 anos matriculados em dois turnos (manhã e tarde).
- Ciclo III: Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC com 95 alunos matriculados entre 18 e 40 anos em dois turnos (manhã e tarde) divididos em 6 cursos de Educação Profissional.
- Núcleo Bem-Viver: Este núcleo atende os alunos jovens e adultos que ainda não estão aptos a frequentar um curso de Educação Profissional, são 20 alunos em dois turnos (manhã e tarde) que realizam atividades diversificadas na instituição como: pintura, esportes, artesanato, sala de leitura, entre outros (PLETSCH et al, 2010).

A proposta do estudo foi desenvolvida em três momentos distintos, porém interligados, a saber:

1º fase – proporcionou-se aos professores leituras e reflexões que possibilitassem uma “visão compartilhada”, conforme sugerido por McInerney (2010)⁵ sobre o desenvolvimento acadêmico e psicossocial de pessoas com deficiência intelectual e o papel da escola especializada para fomentar esse processo. Para tal, inicialmente, foi proposto um questionário “diagnóstico” aos professores para conhecer as percepções e representações dos mesmos sobre o desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual. As respostas do questionário foram apresentadas e discutidas no grupo. Com base nessas discussões foram propostas leituras coletivas e individuais contendo temas sobre o as questões psicossociais que envolvem as concepções sobre o desenvolvimento e dos processos de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual. Também foram apresentadas aos professores diretrizes políticas em vigor na área de Educação Especial.

2º fase - foram realizados dois encontros, com cerca de 40 professores, para selecionar alunos de cada ciclo de desenvolvimento para a posterior elaboração e aplicação dos PDPIs pilotos. No primeiro encontro foi solicitado aos professores que escolhessem um de seus alunos e preenchessem uma ficha com diferentes habilidades sociais e acadêmicas elaboradas com base em Correia (1999) e Pletsch (2009). A partir da elaboração dessas fichas foram sugeridos seis alunos para a elaboração e aplicação do PDPI piloto. No entanto, no segundo encontro com os professores, foram incorporados mais dois alunos, totalizando oito.

3º fase – ocorreram observações participantes para conhecer o cotidiano dos alunos e dos professores. Essas observações foram registradas na “ficha registro de observações”, contendo dados sobre a interação e comunicação entre os alunos, a organização da sala/espço, participação das atividades propostas, recursos didático-metodológicos usados pelos professores, entre outros pontos. Segue abaixo a ficha de registro de observação:

⁵ Em palestra realizada no “Seminário Internacional Inclusão em Educação – FAETEC no mundo do trabalho”, março 2010.

Registro de observação⁶	
Aluno:	
Data:	Horário:
1) Interação com colegas	
2) Organização da sala/espço	
3) Comunicação do aluno	
4) Participação nas atividades propostas	
5) Recursos utilizados pelo profissional	
6) Proposta desenvolvida para os alunos	
7) Observações	

Com a análise desse material foi construída uma base para um modelo inicial de um Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado (PDPI) de forma coletiva, envolvendo profissionais da instituição escolar e de duas Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, seguindo a estrutura abaixo:

Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado (PDPI) alternativa de trabalho que individualiza e personaliza processos de ensino para um determinado sujeito, é elaborado em conjunto				
Aluno:		Nascimento/Idade:		
Data do planejamento:		Grupo/série:		Professor de referência
Capacidades, interesses a serem desenvolvidas (O que sabe? Do que gosta?)	Necessidades e prioridades (O que aprender/ensinar?)	Metas e prazos para a realização e intervenção (Em quanto tempo?)	Recursos a serem utilizados (O que usar para ensinar? Como?)	Profissionais envolvidos na aplicação da proposta (Quem?)

Este momento foi de grande interação colaborativa e de esforço para pensar sobre o aluno, verificando necessidades, recursos e estratégias que atendessem as demandas.

A elaboração de algo tão personalizado e relacionado ao currículo escolar demonstrou-se como um desafio, algo novo a ser aprendido. Este material foi recolhido e analisado posteriormente pela equipe de pesquisadores, ficou evidente que a área de habilidades sociais

⁶ A ficha foi elaborada por Mascaro (2010) com base nos indicadores apresentados na pesquisa de Pletsch (2009).

não recebeu igual atenção em relação a aprendizagens acadêmicas, o que gerou questionamentos internos no grupo de pesquisa sobre o papel e a função de uma escola especializada. O material não trouxe dados suficientes para elaboração dos PDPIs. O que conduziu à necessidade de observar/conhecer os alunos indicados, para poder pensar junto com os docentes sobre tais sujeitos.

Em seguida, sete pesquisadoras realizaram visitas à escola, para observação dos alunos indicados em situações concretas de ensino e aprendizagem, para conhecer o cotidiano dos alunos e dos professores. As visitas foram feitas, geralmente, em duplas, em horários e dias variados.

Nestes momentos ocorreram variadas interações com a coordenação pedagógica da escola, nos momentos de espera para um turno e outro, o que proporcionou maior interação com a escola e melhor conhecimento das perspectivas pedagógicas. Além disso, a interação com as professoras de referência (que são docentes que maior tempo tem de atuação junto ao aluno no dia a dia escolar e que se responsabilizaram pela organização e aplicação da proposta) e de outras disciplinas como Educação Física e Informática garantiu um conhecimento melhor sobre cada sujeito da pesquisa para a aplicação do PDPI.

A tabela a seguir organiza a frequência das observações realizadas, onde ocorreu falta de alunos (F), onde não houve a possibilidade de observação por falta de pesquisadores suficientes para todos os alunos no dia (X). O propósito deliberado foi de que a observação ocorresse durante o turno todo de aula, ou seja, que cada aluno fosse visto dentro de um tempo maior e num contexto das várias atividades escolares que ocorrem num dia (entrada, merenda, recreio, saída, atividades de ensino...).

Vide tabela:

<i>Grupo</i>	<i>Aluno</i>	<i>Idade</i>	<i>Prof. Referência</i>	<i>Turno</i>	<i>1ª obs. 10/08 M/T</i>	<i>2ª obs. 25/08 T</i>	<i>3ª obs. 31/08 M/T</i>	<i>4ª obs. 01/09 T</i>	<i>Interação com docentes Planejamento PDPI 08/09 – M/T</i>
Ciclo I	1	6 anos	A	T	OK	X	OK	X	OK
Ciclo I	2	9 anos	B	M	OK	X	OK	X	OK
Ciclo I	3	10 anos	C	T	OK	X	OK	X	OK
Ciclo II	4	15 anos	D	T	OK	OK	OK	X	OK
Ciclo II	5	18 anos	E	M	F	X	OK	X	OK
Ciclo III	6	14 anos	F	M	F	X	F	X	Aluno não foi observado, faltoso, indicado para escola regular.
FIC	7	19 anos	G	T	F	F	F	OK	OK
FIC	8	22 anos	H	T	OK	F	OK	OK	OK

Foram realizadas observações do tipo participante, com registros livres de campo, que

permitiram aos pesquisadores conhecerem melhor os alunos, observando seu comportamento, interesses e dificuldades, anotando dados sobre a interação e comunicação entre os alunos, a organização da sala/espço, participação das atividades propostas, recursos didático-metodológicos usados pelos professores, entre outros pontos.

Ocorreu, então, um momento de interação direta e particular com cada professor responsável pela elaboração e aplicação do plano individualizado, conforme consta da tabela acima. Foi um momento de diálogo e de troca de ideias com os professores, com apresentação de sugestões de alguns pontos que poderiam ser incluídos nos PDPIs, e a indicação de estratégias e recursos para favorecer o aprendizado dos alunos envolvidos.

Todo o material do momento da elaboração conjunta do plano foi analisado e já havia melhor configuração sobre a individualização necessária e das necessidades acadêmicas, sociais e laborais de cada um.

Assim, foram construídos os primeiros PDPIs, que se organizaram pelo modelo elaborado pelas pesquisadoras a partir das observações dos docentes, a ideia foi manter a colaboração e a construção coletiva. As atividades foram planejadas com a intenção de favorecer o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com base no que foi observado e sinalizado pelos professores de cada aluno.

Deste modo, após a organização⁷, pela equipe de pesquisadores, desses modelos iniciais de PDPIs, os mesmos foram enviados para que os professores efetivassem a aplicação. A organização do plano buscou: contextualização no planejamento escolar, garantia de estar de acordo com as propostas curriculares da instituição e responder às necessidades específicas de cada sujeito, de modo a favorecer o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Segue um exemplo de PDPI com propostas de ação:

Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado (PDPI)				
Aluno(a):			Nascimento/ idade: 18 anos	
Docente:		Grupo: <i>Ciclo II</i>		Data:
Objetivos acadêmicos sociais laborais	Conteúdos/ Recursos O QUE APRENDER/ENSINAR? O QUE USAR PARA ENSINAR?	Prazos EM QUANTO TEMPO?	Avaliação	Observações
>> reconhecer os numerais e as quantidades até 20 >> realizar cálculos de adição e subtração até 20	>> sequências numéricas, ordenação, comparação entre numerais; usando jogos, baralhos, fichas. >> desafios claros e diretos que envolvam os cálculos para serem resolvidos com a calculadora;	>> todos os conteúdos em dois meses (até o final do ano letivo)	>> no decorrer do processo, apontando para o aluno seus ganhos e o que ainda precisa alcançar	O uso do computador e da calculadora são recursos pensados para “driblar” as dificuldades motoras que comprometem a grafia do aluno.

⁷ Lembrando que as necessidades e prioridades na seleção das atividades foram indicadas pelo professor de cada aluno.

>> preencher uma ficha com dados pessoais	>> escrita de dados pessoais: nome completo, data de nascimento, idade, endereço, número de telefone, nome dos pais, e informações pertinentes; com o uso do computador.			
---	--	--	--	--

Após o recebimento das propostas dos planos pelos professores, a equipe de pesquisadores retornou à escola para conversar com os mesmos sobre o material, porém dada a dinâmica do cotidiano escolar, com as imprevisibilidades em relação ao tempo e com a aproximação do término do ano letivo, com o maior acúmulo de tarefas docentes, o tempo disponível para esta troca não foi muito produtivo, assim como a inviabilidade na aplicação efetiva dos planos.

Para um momento de avaliação e replanejamento para 2011, ao final do ano, ocorreu um encontro, na universidade, onde compareceram seis professoras. Elas descreveram dificuldades para implementar o planejamento individualizado, devido à necessidade de uma nova postura para trabalhar pedagogicamente, onde a rotina escolar e o próprio currículo, por vezes, se apresentavam como entrave.

Consideraram também a dificuldade maior na aplicação quando só há um docente em sala, há dois professores no ciclo I, o que poderia ter favorecido a implementação, mas também não garantiu.

Consideraram também que a abordagem metodológica em educação especial já envolve a elaboração semanal de planos individualizados, referindo-se ao planejamento de atividades individualizadas. Uma das professoras discordou, afirmando que faz o planejamento de atividades para a turma, que tem sete alunos, mas que gostaria de dispor de vinte minutos semanais para atendimento especial à aluna indicada para participar do projeto, para avaliar melhor os resultados do PDPI.

Ao externarem sentimentos como: insegurança, dúvidas e incertezas, as professoras também afirmaram que gostariam que tivesse ocorrido uma atuação mais direta das pesquisadoras na aplicação do PDPIs, assim como ocorreu na fase de elaboração dos mesmos. Este momento foi de autoformação para o grupo de pesquisa, reforçando a responsabilidade e o envolvimento que decorrem de pesquisas de campo, principalmente com intervenções.

Resultados e discussões

A partir do trabalho desenvolvido verificamos que o PDPI pode se constituir numa estratégia positiva para favorecer o processo educacional de alunos com deficiência intelectual. Segundo os professores participantes, essa proposta pode ser aplicada tanto em escolas especializadas quanto em regulares, em processos de inclusão.

A este respeito, entendemos que o PDPI pode ser usado como base para a elaboração de planos de atendimento educacional especializado, conforme proposto nas Diretrizes do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, alertamos que a elaboração e a organização do plano dependem tanto do ajuste educacional quanto de sua relação com o trabalho geral da turma. As necessidades individuais do aluno devem ser tomadas como base para a elaboração de um plano, que é uma via de resposta a essas necessidades sobre como, quando, com quais recursos elas devem ser atendidas, assim como a organização das tarefas escolares e os modos de avaliação.

Para tal, o planejamento individualizado deve conter metas/objetivos a serem atingidas a curto e a longo prazos, bem como contar com a participação de todos os membros da comunidade escolar, inclusive da família de cada aluno para sua elaboração. A intenção é otimizar a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e atitudes que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos participantes.

Conclusões

A intenção inicial desta proposta foi atingida no estabelecimento do diálogo entre a universidade e a escola básica, no caso aqui, uma escola especializada, na troca de saberes e conhecimentos para uma construção conjunta de novos fazeres.

Todo o processo inicial da concepção dos planos individualizados, a partir da interação entre pesquisadores e equipe técnico-pedagógica da instituição escolar, foi produtora, reforçando que “um plano educacional individualizado é uma estrutura para a colaboração dos professores, dos pais e do serviço de apoio em criar um currículo para um indivíduo. (...) Os ajustes incluídos no plano educacional individualizado devem assegurar tanta participação em aula quanto possível” (PACHECO et al, 2007, p. 97) e que “esses planos precisam levar em conta as necessidades globais dos alunos, explicar como suas necessidades especiais serão atendidas, identificar os objetivos dos planos e explicar como o resultado será avaliado” (p.99).

Outro destaque nessas considerações foi quando as professoras puderam externar suas frustrações por não terem conseguido aplicar o PDPI de seus alunos, pois necessitavam de maior acompanhamento e supervisão para isso, daí inferimos que o fato de poderem expressar suas expectativas e frustrações com certa tranquilidade apresenta-se para o grupo de pesquisa como um fator positivo, pois a “liberdade” e facilidade com que colocaram tais sentimentos denota que a proposta de maior interação entre pares ocorreu, ou seja, a dicotomia entre o conhecimento teórico acadêmico e o saber da prática vai sendo diluída.

A dimensão metodológica deste estudo deixou claro, ainda, que a implantação de novas ações pedagógicas requer maior tempo de elaboração e de interação, na perspectiva que se buscou aqui da pesquisa-ação colaborativa. O que na dinâmica escolar, por vezes, é difícil administrar em função do tempo, ou da falta dele, e em razão do dinamismo inerente às rotinas escolares (nem sempre monótonas ou repetitivas e previsíveis).

A formação continuada dos professores numa perspectiva colaborativa também se apresentou como uma possibilidade de outros modos de formação docente, onde todos os atores têm papéis estratégicos, onde os saberes da experiência conjugam-se com as questões conceituais e teóricas, formando um corpo de aprendizagens docentes que interfere tanto na prática escolar como na elaboração de pressupostos teóricos.

Por fim, podemos afirmar que, por meio do diálogo entre o conhecimento científico produzido na universidade e a formação reflexiva e continuada dos professores e demais funcionários da escola, a pesquisa contribuiu para ressignificar o currículo usado na instituição, tornando-o mais acessível para os alunos com deficiência intelectual, por meio da elaboração de PDPIs.

É importante que a escola e a universidade tenham a preocupação em pensar currículos que proporcionem inclusão social, sem desconsiderar as possibilidades de avanços acadêmicos dos alunos, sendo o PDPI uma alternativa para atingir tais objetivos. A intenção é que os anos passados na escola tenham um valor significativo e influenciem o futuro dos alunos.

Fica aqui o compromisso de retomada e continuidade do processo iniciado, para promover ações de formação docente que resultem na valorização profissional e na construção de recursos e estratégias que garantam a qualificação do trabalho pedagógico realizado.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Nº 4, de 02 de outubro. *Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica*, 2009.
- BRAUN, P. *Análise quase-experimental do efeito de um programa instrucional sobre autocontrole para professores da educação infantil e do ensino fundamental*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.
- CORREIA, L. de M. *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Editora Porto, Portugal, 1999. (Coleção Educação Especial).
- GLAT, R. & PLETSCH, M. D. *Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado (PDPI): uma estratégia para favorecer o atendimento educacional especializado de alunos com deficiência mental/intelectual matriculados na Escola Especializada Favo de Mel*. Palestra proferida na FAETEC. Dezembro, 2009
- GLAT, R. Um estudo etnográfico sobre o cotidiano da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas da rede regular de ensino. *Relatório de Produtividade de Pesquisa aprovado pelo CNPQ*. Rio de Janeiro, 2010.
- JESUS, D. M. O que nos impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas? In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M. & JESUS, D. M. de (orgs.). *Educação Especial: diálogo e pluralidades*. Editora Mediação, Porto Alegre, RS, p. 139, 159, 2008.
- OLIVEIRA, A. A. S. de; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. *Inclusão escolar: as contribuições da Educação Especial*. Editora Cultura Acadêmica, São Paulo, 2008.
- PACHECO, J. (et al.) *Caminhos para inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PLETSCH, M. D. O processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência mental por meio do plano de desenvolvimento individualizado. *Palestra proferida na Rede Municipal de Angra dos Reis*. Angra dos Reis, maio de 2009.
- PLETSCH, M. D. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. Editora NAU/EDUR, Rio de Janeiro, 2010.
- PLETSCH, M. D. & GLAT, R. *Pesquisa-ação: estratégia de formação continuada para favorecer a inclusão escolar*. Artigo aceito para publicação na Revista Espaço do INES, Rio de Janeiro, 2010.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa participante e pesquisa ação: alternativas de pesquisa ou pesquisa alternativa*. Disponível em <http://jarry.sites.uol.com.br/pesquisacao.htm>. acessado em 30 - 01- 2005.
- SANTOS, R. A. dos. *Processos de escolarização e deficiência: trajetórias escolares singulares de ex-alunos de classe especial para deficientes mentais*. 197f, Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SENNA, L. A. G. *Orientações para elaboração de projeto de pesquisa-ação em Educação*. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2003.
- VIANNA, M. M. et al. Formação docente colaborativa e a constituição de planos de ensino individualizados. In: *IV Seminário Internacional - As redes educativas e as tecnologias: práticas/teorias sociais na contemporaneidade*, Rio de Janeiro, 2011.